

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 294, DE 1999

Define prazo máximo de 30 (trinta) dias para conclusão do laudo criminológico, e dá outras providências.

Autor: Deputado ENIO BACCI

Relator: Deputado VICENTE ARRUDA

I – RELATÓRIO

O ilustre Deputado Enio Bacci, mediante o projeto de lei em exame, propõe acrescentar parágrafo ao artigo 9º da Lei de Execução Penal, de modo a determinar que a Comissão Técnica de Classificação, responsável pelo exame dos antecedentes e a personalidade do condenado, terá o prazo nunca superior a 30 dias para conclusão e juntada do respectivo laudo aos autos da execução.

Conforme alega, há necessidade de acelerar a elaboração do exame criminológico, que frequentemente leva meses para ser concluído.

Não foram apresentadas emendas.

Compete a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania o exame da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito da proposta.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A proposição atende aos preceitos constitucionais formais concernentes à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimação de iniciativa parlamentar, nos exatos termos dos artigos 22, inciso I, 48 e 61, todos da Constituição da República.

Não há reparos a fazer quanto à juridicidade. O meio escolhido revela-se apropriado para atingir o objetivo pretendido; o conteúdo possui generalidade e se mostra harmônico com os princípios gerais do Direito.

A técnica legislativa merece ajustes, devendo adequar-se à Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Considerado o direito fundamental à individualização da pena, a classificação dos condenados mediante a elaboração de exame criminológico é elemento essencial para conferir efetividade à Carta da República. Por meio do respectivo laudo, busca-se realizar a avaliação dos presos, de modo a viabilizar o começo e a continuidade dos trabalhos de ressocialização na execução.

A medida almejada através do projeto revela-se conveniente e oportuna. Com ela, evita-se a excessiva demora no término dos trabalhos da Comissão Técnica de Classificação, conferindo-se maior celeridade à execução penal e maior efetividade ao direito à individualização da pena privativa de liberdade.

Ante o quadro, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 294, de 1999. Quanto ao mérito, meu parecer é pela aprovação, na forma do substitutivo apresentado.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado VICENTE ARRUDA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 294, DE 1999

Acrescenta parágrafo ao artigo 9º da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – determinando prazo para conclusão do laudo de avaliação criminológica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta Lei acrescenta parágrafo ao artigo 9º da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal – determinando prazo para conclusão do laudo de avaliação criminológica.

Art. 2º O art. 9º da Lei 7.210, de 11 de julho de 1984, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

Art. 9º

Parágrafo único. É de 30 (trinta) dias o prazo para conclusão e juntada do laudo de avaliação criminológica aos autos da execução.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data da publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado Vicente Arruda
Relator